



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS**

**VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Fundamentos do Serviço Social: Formação Profissional do/a Assistente
Social**

**O estágio supervisionado no processo formativo em Serviço
Social à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)**

Laís de Oliveira Souza ¹

Resumo: O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória e possui centralidade para a formação profissional em Serviço Social, uma vez que permite as primeiras aproximações com a realidade institucional e a práxis profissional no espaço sócio-ocupacional. O estágio deve capacitar o/a estagiário/a para uma formação profissional crítica, englobando as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Assim, o presente artigo tem como escopo fomentar a discussão acerca da importância do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social, bem como refletir acerca dos principais desafios na atual conjuntura. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, por meio de levantamento e análise bibliográfica.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; Desafios; Possibilidades.

Abstract: Supervised internship is a mandatory curricular activity and is central to professional training in Social Work, as it allows for initial contact with institutional reality and professional practice in the socio-occupational space. The internship should equip the intern with critical professional training, encompassing ethical-political, theoretical-methodological, and technical-operational dimensions. Thus, this article aims to foster discussion about the importance of supervised internship in professional training in Social Work, as well as to reflect on the main challenges in the current context. The methodology used is qualitative in nature, through bibliographic research and analysis.

Keywords: Social Work; Supervised Internship; Challenges; Possibilities.

¹ Assistente Social no Sistema Socioeducativo do estado de São Paulo e Doutora em Serviço Social Pela PUC/SP.
E-mail: laisoliveirasouza@gmail.com



INTRODUÇÃO:

O processo de formação profissional afirma a necessidade de uma apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos capazes de apreender a dinâmica do processo de reprodução social, sobretudo para intervir nas expressões da questão social¹ que atravessam o cotidiano da população brasileira, uma vez que a questão social é o objeto de trabalho do/a Assistente Social.

Portanto, o/a Assistente Social atua diretamente com as expressões da questão social, e, conforme Iamamoto (2000, p. 28, grifo nosso):

os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. **Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...]** a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Em relação à perspectiva crítica na formação profissional, de acordo com Guerra (2019, p. 25, grifo nosso),

a perspectiva crítica que sustenta a formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as considera que são as contradições da realidade que põem e repõem os elementos que historicamente compõem perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam contemporâneos/as do seu tempo, para o que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade. **Nessa perspectiva, a formação tem que ser situada nas entranhas reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas no centro para a periferia.**

Assim, para analisar as expressões da questão social no Brasil, também se deve considerar a particularidade de sua formação social, marcada pelo colonialismo, pelo mandonismo, pela escravização e pela constituição de um capitalismo dependente, desigual e combinado.

Nesse sentido, Guerra (2019, p. 26, grifo nosso) ressalta que:

em face dos novos desafios e dos velhos impasses, **a consolidação do projeto de formação que se expressa nas diretrizes curriculares vem requisitando estratégias didático-pedagógicas e o estabelecimento de mediações entre a produção de um conhecimento crítico e a efetivação de respostas alternativas às atuais condições/relações de trabalho e requisições institucionais.**

Ademais, faz-se importante citar que o atual projeto de formação em Serviço Social tem

¹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (Iamamoto; Carvalho, 2007).



sua história iniciada na transição entre as décadas de 1970 e 1980, no final da Ditadura Militar, e expressou a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.

Embora tenhamos tido avanços significativos na história do Serviço Social brasileiro, espalhando-se na academia e no exercício profissional, é sabido que ainda temos diversos/as acadêmicos/as, Assistentes Sociais e Supervisores/as acadêmico e de campo que ainda possuem falas, ações e/ou realizam atendimentos aos/as usuários/as com um viés conservador, muitas vezes com características moralizantes, preconceituosos e/ou de ajustamentos, o que impacta diretamente no (não) acesso aos direitos dos/as usuários/as das políticas sociais.

Face ao exposto, é extremamente importante garantir uma formação qualificada, preparando o/a acadêmico/a para sua futura inserção nos espaços sócio-ocupacionais como Assistente Social, atuando a partir dos direcionamentos do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, bem como a Lei nº 8.662/93, que Regulamenta a Profissão, e o Projeto ético-político profissional do Serviço Social, o qual é materializado por meio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o referido Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Vale ressaltar que foi a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 que o estágio foi inserido como uma disciplina obrigatória, assim, conforme a ABEPSS (2021):

é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

Nesse sentido, o presente artigo tem como escopo fomentar a discussão acerca da importância do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social, bem como refletir acerca dos principais desafios na atual conjuntura.

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, por meio de pesquisa e análise bibliográfica. E, de acordo com Minayo (2016, p. 14), a metodologia é:

o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização de conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas.

Martinelli (2012, p. 27) ressalta que a pesquisa qualitativa também é participante, uma vez que nós somos sujeitos da pesquisa, e não chegamos para realizar uma pesquisa como um “saco vazio”, pois temos história e emoção.

Ademais, Martinelli (2012, p. 28) cita que “na pesquisa qualitativa todos nos



expressamos como sujeitos políticos, o que nos permite afirmar que ela, em si mesma, é um exercício político”.

No que se refere à Pesquisa Bibliográfica, Lima e Miotto (2007, p. 38) afirmam que “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Outrossim, “trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão do objeto, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico” (Lima; Miotto, 2007, p. 37).

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO FORMATIVO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio supervisionado é orientado pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social, sendo compreendido como um espaço de apreensão crítica da realidade social e das múltiplas expressões da questão social, uma vez que é no estágio que o/a aluno/a tem as suas primeiras aproximações com as demandas institucionais, bem como dos/as usuários/as, e as mediações e intervenções profissionais do/a Assistente Social.

Outrossim, o estágio supervisionado ocupa um lugar central e extremamente importante no processo formativo em Serviço Social, uma vez que engloba as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

De acordo com o CFESS (2010, p. 6, grifo nosso):

a trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional. **Esta concepção incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação do/a assistente social, deva superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer.** Na perspectiva dessa superação, concebem-se o estágio e a supervisão como unidades indissolúveis. Nestes termos, a supervisão que integra o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão, pois comporta sua orientação teórica e direção ético-política.

O CFESS (2010, p. 11, grifo nosso) ainda afirma que:

as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996, apontam pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e tratam o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do/a aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais das esferas pública e privada

Face ao exposto, para refletir e discutir acerca do estágio no processo formativo em Serviço Social, é essencial compreender a importância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a qual foi aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), no ano de 2001, contudo, nesta aprovação houve algumas alterações significativas no que diz respeito a



elementos críticos e político-pedagógicos.

Segundo Boschetti (2004, p. 23), o CNE do MEC transferiu a definição de carga horária para uma resolução distinta, o que tem levado as Instituições de Ensino Superior (IES) propor cursos de Serviço Social com até 2.700 horas, incluindo o estágio, instituindo assim, cursos de até 3 anos de duração. E, esta formação aligeirada esvazia a formação de sua potencialidade mais aprofundada e crítica.

Boschetti (2004, p. 24, grifo nosso) ainda ressalta que:

é inegável que o desenho das diretrizes curriculares aprovadas pela convenção da ABESS, em 1996, não é o mesmo das diretrizes aprovadas pelo CNE, em 2001. [...] o esvaziamento das diretrizes curriculares promovidos pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade.

Assim, houve uma descaracterização e um esvaziamento da concepção original de formação e orientação crítica, no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais para o exercício profissional do/a assistente social.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), indicam um perfil do/a Assistente Social, como um/a profissional que:

- Atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais;
- Possui formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;
- É comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social;
- Dessa forma, o estágio supervisionado é um dos elementos pedagógicos que colaboram para fomentar esse perfil do futuro profissional (CFESS, 2011, p. 11-12).

Entretanto, Ortiz (2019, p. 220) afirma que:

o perfil aprovado pelo MEC excluiu nosso caráter generalista, tendo em vista nossa intervenção sobre as diversas expressões da “questão social” enfrentadas a partir das várias políticas sociais brasileiras e, principalmente, de crítico da realidade social e, com isso, capaz de entender que não é possível, por exemplo, a existência de cidadania “plena” nos limites da ordem capitalista. Ao contrário, coloca-nos como possíveis garantidores de tal cidadania sem considerar a historicidade burguesa e o significado atribuído a ela em uma sociedade de classes na qual disputam projetos societários antagônicos.

Ademais, Ortiz (2019, p. 220) sinaliza que o MEC confundiu a questão do profissional ser criativo e propositivo, uma vez que atribuiu de forma equivocada estas características aos/as usuários/as, e não aos/as profissionais, fragilizando assim o perfil profissional que deve ser constituído e perseguido pelo projeto de formação em Serviço Social, considerando que o/a Assistente Social deve ter uma postura proativa face às limitações das diversas políticas sociais, além de buscar meios para melhor atender as demandas apresentadas pelos/as



usuários/as em meio a tais limitações.

Outro aspecto que Ortiz (2019, p. 223) sinaliza:

para uma apreensão verdadeiramente crítica da realidade é necessário que a totalidade seja considerada como ponto de partida para a análise dos processos sociais, que os considera como a partir dessa perspectiva expressões da “síntese das múltiplas determinações”, no dizer de Marx (1974). Tendência similar é aplicada ao entendimento da sociedade brasileira que, para as Diretrizes do MEC, não exige ser identificada e analisada em sua historicidade marcada por continuidade e rupturas com nosso passado histórico.

Vale ressaltar que as referidas Diretrizes indicam e orientam as matérias básicas a serem cursadas pelo/a acadêmico/a no Curso de Serviço Social, bem como apresenta os princípios que direcionam o processo formativo, o qual deve articular o ensino, a pesquisa e a extensão, aliado à formação ética, política e técnica do/a Assistente Social.

A consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), envolveu diversas discussões coletivas ao longo dos anos, e, rompeu com o Currículo Mínimo de 1982, o qual assegurava uma formação centrada na capacitação técnico-operativa, além de separar teoria e prática, ou seja, era rígido e tecnicista.

Contudo, embora tenhamos tido um avanço significativo e marcante para o Serviço Social, por meio das Diretrizes Curriculares de 1996, é necessário apontar que no ano de 1990 há o avanço do neoliberalismo no país, e, conforme Nicolau e Santos (2016, p. 381) “[...] tornaram complexas as contradições e os desafios para a profissão de Serviço Social em várias dimensões, sobretudo na formação profissional, organização política, intervenção profissional e na produção de conhecimento”.

Nesse sentido, discutir acerca do estágio no processo formativo em Serviço Social é necessário considerar o contexto sócio-histórico em que foram pensadas e aprovadas as Diretrizes Curriculares, seguido pelo avanço do neoliberalismo no país, a partir de 1990, bem como considerar alguns documentos e Resoluções, como: Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a Resolução do CFESS nº 533/2008 (que discute sobre estágio), a Política Nacional de Estágio (PNE), publicada pela ABEPSS em 2009, a Resolução do CFESS nº 1.114/2025, a qual suprimiu a 493/2006, sobre as condições ética e técnicas para o exercício profissional do/a Assistente Social.

Partilhando do pensamento de Buriolla (2011, p. 16),

a formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao aluno um campo de ação – vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc., e que possam levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e no mundo mais amplo. [...] a Supervisão e o estágio devem ser parte integrante da educação para o Serviço Social e não um apêndice! Eles devem se dar no decorrer da formação profissional do aluno e de forma integrada ao conteúdo programático do curso, onde a aprendizagem que propicia deve ser resultante da vivência cumulativa e refletida da prática, levando a recriá-la, a dar continuidade ao desenvolvimento da profissão, atendendo à necessidades sociais de hoje.

É no estágio supervisionado que o/a acadêmico/a tem a possibilidade concreta de materializar, no espaço sócio-ocupacional em que se insere, as dimensões



teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa apreendidos ao longo da formação. Assim, é um momento privilegiado de síntese entre teoria e prática, em que as discussões e reflexões desenvolvidas em sala de aula deixam de ocupar o plano abstrato e passam a ser tensionadas pelas determinações reais da vida social.

Nessa perspectiva, conforme Buriolla (2011, p. 179):

Há, atualmente, na sociedade, diferentes desafios, que demandam diversas e múltiplas atividades profissionais de assistentes sociais e, conseqüentemente, de supervisores. Suas respostas têm em vista não só atender às prioridades da população e das demandas institucionais, mas, também, desenvolver a competência profissional ante as exigências de uma tecnologia moderna, que faz com que se tenha que rever e implantar, na Supervisão em Serviço Social, novos papeis ao lado dos já existentes, óbvio é que os que permanecem devem ser revistos sob a luz do contexto sócio-econômico-cultural atual da educação, da profissão, ou seja, do concreto-real e da proeminência da hodiernidade.

Nesse sentido, faz-se importante sinalizar o desafio, sobretudo dos Docentes, quando os/as alunos/as voltam do campo do estágio com os discursos de que entendem que “na prática a teoria é outra” ou “cada caso é um caso”, muitas vezes reproduzindo as falas dos/as supervisores/as de campo. Estes relatos revelam uma falácia, além de serem compreensões fragmentadas do exercício profissional, contudo, ainda estão presentes no meio acadêmico e em diversos campos de estágio.

Nessa linha de raciocínio, Buriolla (2011, p. 179-180) ressalta que:

o questionamento desta temática perpassa pela polêmica instaurada no Serviço Social, relacionando-a à compreensão dos profissionais sobre a relação teoria-prática. Essa relação entre o pensar o Serviço Social e o fazer o Serviço Social está hoje esvaecida e desconectada. Com isto, há um corte, não apenas entre a teoria e a prática, mas, também, entre os teóricos e os práticos assistentes sociais; há uma distância entre o ideal preconizado pelo Serviço Social e o que realmente é praticado. É comum ouvir-se na categoria: “Vocês, os teóricos.... e nós, os práticos....”, o que corrobora com a extensão da questão.

Assim, romper com essas falácias exige fortalecer a compreensão do estágio como processo pedagógico indissociável da totalidade social, orientado pelos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. O estágio não deve ser considerado como um espaço apenas para “fazer tarefas”, e sim enquanto um espaço de problematização, de análise crítica da realidade social, de mediações entre as expressões da questão social e as respostas profissionais, constituindo-se assim como um momento central para a consolidação da identidade e perfil de um profissional crítico, propositivo, investigativo e comprometido com os valores e princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, conforme Guerra (2019, p. 32, grifos da autora):

É necessário que nos apossamos da teoria; que a teoria se converta em arma crítica (Cf. Marx 2010, p. 151), ou seja, que o referencial teórico-metodológico se constitua em instrumento de leitura e interpretação da realidade, enfim, de conhecimento da realidade que capacite assistentes sociais na formulação de **propostas alternativas às atuais requisições institucionais**. Mais ainda, que nos permita a clara formulação de objetivos factíveis para os quais a construção de estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, é fundamental.



Segundo CFESS (2010, p. 11, grifo nosso):

o estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação.

No que concerne à realidade, partilhando do pensamento de Guerra (2019, p. 30, grifo nosso):

a realidade é a nossa matéria, a história é a substância (Marx e Engels, 1989) da qual se constitui a profissão, a negatividade é o que a mobiliza e as alterações nessa realidade, na perspectiva de modificar variáveis do cotidiano dos que recebem nossos serviços na direção de buscar os meios de viabilização do seu acesso a bens e serviços, são os nossos objetivos precípuos. Por essa razão, **considera-se que a teoria social de Marx é a mais adequada e qualificada para nos orientar nessa direção de desvelar a realidade, de nos permitir identificar as situações que requisitam nosso trabalho profissional e nelas intervir, modificando-as.**

Conforme Guerra (2019, p. 33):

Há que se buscar formas que possibilitem que a fundamentação teórico-metodológica e ético-política responda às exigências do trabalho profissional no que se refere a entender a profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho, interpretar as necessidades sociais que geram determinadas demandas profissionais e como elas respondem às necessidades do tempo histórico atual, e interpretar corretamente a que projeto vinculam-se as requisições institucionais, quais estratégias e táticas podem ser mobilizadas em resposta alternativa a essas requisições. As categorias teóricas da teoria social de Marx e de autores da tradição marxista têm que nos possibilitar interpretar os modos de viver e de pensar dos sujeitos sociais individuais e coletivos com os quais trabalhamos, na sua condição de indivíduo, classe e de gênero humano.

Segundo a ABEPSS (2010), além dos valores ético-políticos profissionais, os princípios que devem direcionar a realização do estágio em Serviço Social, são: 1) Indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; 2) Articulação entre Formação e Exercício Profissional; 3) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; 4) Articulação entre universidade e sociedade; 5) Unidade teoria-prática; 6) Interdisciplinaridade e, 7) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O primeiro princípio, a **indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa**, assegura que:

deve ser garantida na experiência de estágio, evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo. A garantia da ética como elemento transversal a formação do(a) assistente social deve ser observada com relevância e prioridade no processo do estágio supervisionado (ABEPSS, 2012, p. 13).

De acordo com a ABEPSS (2010, p. 13), o segundo princípio se refere à **articulação entre estágio e supervisão acadêmica e de campo**, isto é, evidencia a importância da



interlocução entre os/as estudantes, os/as professores/as e os/as assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais que são campo de estágio. Assim, possibilita a identificação e a análise das demandas apresentadas, bem como os desafios e as mediações e intervenções dos/as assistentes sociais, além de fomentar a construção/socialização de conhecimentos, reflexões, e o desenvolvimento de competências profissionais.

O terceiro princípio, a **indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo**, evidencia que o estágio enquanto atividade didático-pedagógica,

pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2012, p. 13).

Nesse sentido, é fundamental que os/as supervisores/as desenvolvam um papel pedagógico, instigando o/a aluno/a a refletir acerca da realidade institucional, considerando os desafios e as possibilidades para as intervenções, bem como auxiliando para desenvolver um perfil investigativo e crítico.

O quarto princípio fundamenta-se na **articulação entre universidade e sociedade**, sendo que “o estágio se constitui como um elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos” (ABEPSS, 2012, p. 13).

Outro princípio se refere à **unidade teoria-prática**, uma vez que “na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, evidencia como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis” (ABEPSS, 2012, p. 13).

Também é importante que o/a aluno/a compreenda que as disciplinas não devem ser apreendidas de forma fragmentada, bem como entenda que é fundamental dialogar com outras áreas do conhecimento no campo de estágio, que é o princípio da **interdisciplinaridade**:

tendo em vista que o estágio supervisionado se efetiva por meio da inter-relação das diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional, bem como com a vivência, no espaço sócio-institucional, compartilhada com diferentes categorias profissionais, num mesmo processo coletivo de trabalho (ABEPSS, 2012, p. 13).

Outro princípio fundamental que deve direcionar a realização do estágio é a **articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, “uma vez que ao se efetivar, nos diversos espaços de intervenção profissional, o estágio possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade” (ABEPSS, 2012, p. 14).

E, conforme ABEPSS (2021, p. 33, grifo nosso):

com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: **o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer**. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho,



considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.

OS DESAFIOS NA ATUAL CONJUNTURA PARA A EFETIVAÇÃO DE UM ESTÁGIO QUALIFICADO

Conforme já discutido neste artigo, o estágio contribui com a construção do perfil/identidade do/a profissional pretendido/a, crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. Entretanto, é preciso sinalizar que para atingir tal identidade e perfil profissional, temos diversos desafios na atual conjuntura, os quais serão apresentados sumariamente.

De acordo com o Plano Nacional de Estágio da ABEPSS (2009), um dos desafios é a ampliação do EaD e as suas implicações na qualidade da formação profissional do/a assistente social, sobretudo, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade.

Ainda em relação ao ensino à distância, conforme Lewgoy (2021, p. 27, grifo nosso):

o oferecimento do ensino remoto não é evento simples ou fácil, ele é complexo. Alguns imaginaram que a tecnologia digital poderia salvar a educação em um momento de pandemia e que as pessoas poderiam continuar as suas atividades. [...] Por um lado, propagam-se os benefícios às empresas, aos trabalhadores e à sociedade; por outro, existe uma série de riscos envolvidos no que diz respeito à individualização do trabalho – que pode acarretar o isolamento social, profissional e político dos trabalhadores (Rocha; Amador 2018 apud Lewgoy, 2021, p. 27).

Lewgoy (2021, p. 28) ainda aponta algumas dificuldades do ensino à distância:

a experiência tem nos mostrado que as condições objetivas de ensino e aprendizagem não condizem com o ensino remoto, considerando os meios para sua operacionalização – por exemplo, o sinal de Internet não é gratuito nem universal, e sua qualidade não é igual para os milhares de estudantes e professores. Essa realidade é o que predomina no ensino público. A desigualdade se acentua frente a uma realidade de escolas particulares com excelentes equipamentos e professores capacitados para usar criativamente a tecnologia. Do ponto de vista pedagógico, há desconhecimento da realidade socioeconômica dos discentes, que, em grande parte, apenas têm acesso por meio de telefones pré-pagos e, portanto, com tempo restrito e oneroso. Também parecem desconhecer que as operadoras mais populares têm péssima cobertura, muitas áreas de sombras e sinais de baixo alcance. Num contexto que acirra as desigualdades do acesso à informação digital, de recursos, de condições para estudar, de tempo e de dedicação, é inevitável que a educação pública, gratuita e socialmente referenciada, perca sua qualidade.

Faz-se imprescindível destacar que a supervisão de estágio não pode se limitar à mera delegação de tarefas ou ao acompanhamento burocrático das atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a. Ao contrário, constitui-se como um processo pedagógico intencional, que deve



fomentar a reflexão crítica, a problematização da realidade institucional e a análise das mediações que atravessam o cotidiano profissional.

Assim, compete à supervisão contextualizar as expressões da questão social presentes no espaço sócio-ocupacional, evidenciando suas determinações históricas, políticas e econômicas, e orientar o/a estudante na construção de uma leitura crítica dessas demandas.

Outro desafio apontado por Oliveira (2004 apud ABEPSS, 2010):

devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: **muitos alunos têm o estágio como fonte de renda**, inclusive para pagamento das mensalidades escolares, e isto tem refletido diretamente na formação profissional.

Assim, conforme a ABEPSS (2010, p. 7, grifo nosso), tal realidade é constatada, sobretudo, nas universidades privadas, nas quais diversos/as estagiários/as “aceitam o valor da bolsa, a carga horária, e as condições de sua realização, [...] **a bolsa torna-se mais importante que sua experiência no campo de estágio, pois ela é instrumento de sua permanência no curso**”.

Esta realidade, de acordo com Paixão (2006 apud ABEPSS, 2010, p. 7) é um “desafio da docência, que é preciso repensar a forma de ensinar para este perfil do corpo discente, cujas condições de vida e de sobrevivência, por vezes, inclusive se identifica com os dos usuários da atuação profissional”.

Ainda em relação aos desafios, Ribeiro (2010 apud Santos e Alves, 2018, p. 5-6), destacam:

a) Falta de maior articulação entre os sujeitos do processo: supervisores acadêmicos e de campo e estagiários; b) a falta de atualização profissional por parte de alguns supervisores; c) necessidade de bolsa estágio não ser o principal critério na escolha dos campos de estágio; d) dissociação teoria-prática que se sustenta numa visão distorcida de que a universidade é o espaço da teoria e os campos de estágio, da prática; e) pulverização de campos de estágio, segundo tendência do mercado na redução da oferta de vagas; f) proliferação dos cursos a distância que vendem uma imagem distorcida do estágio e da profissão.

Outros desafios são: a precarização das políticas públicas, a sobrecarga de demandas, as equipes reduzidas, as exigências burocráticas que impactam diretamente no tempo disponibilizado, a disponibilidade e as condições da supervisão, prática do teletrabalho.

E, de acordo com CFESS (2011, p. 13):

o processo do estágio não deve ser naturalizado, simplificado ou minimizado como a mera permanência ou visita do/a aluno/a a uma instituição. Ao contrário, deve ser concebido e materializado conjuntamente pelas instituições envolvidas, que detêm responsabilidades, deveres e compromissos com a formação do/a estudante, os programas implementados e a população usuária atendida.

Portanto, é preciso salientar que a supervisão é um ato político, uma vez que fortalece o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, contribui para a formação e a identidade do/a estudante-estagiário em meio a tantas contradições que atravessam o cotidiano na vida dos profissionais, do/a estudante, na vida dos usuários que possuem demandas que muitas



vezes precisam ser respondidas/resolvidas de forma imediata, contudo, é preciso assumir e defender o compromisso ético e político da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como escopo analisar a importância do estágio supervisionado no processo formativo em Serviço Social à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), evidenciando sua centralidade na construção de uma formação crítica, comprometida com o Projeto Ético-Político profissional, bem como os desafios na atual conjuntura para garantir a efetivação de um estágio qualificado.

Faz-se importante ressaltar que o estágio não se constitui como uma mera atividade prática ou exigência curricular formal, uma vez que é um elemento estruturante do processo de ensino-aprendizagem, síntese privilegiada da unidade entre teoria e prática.

As Diretrizes Curriculares, ao reafirmarem a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, situam o estágio como espaço de mediação entre o conhecimento apreendido na academia e as determinações concretas da realidade social.

Entretanto, a análise também evidenciou que a efetivação de um estágio qualificado possui inúmeros desafios na atual conjuntura, marcada pela precarização do trabalho, pelo avanço da mercantilização do ensino superior, pela ampliação do ensino à distância, pela fragmentação e sucateamento das políticas públicas etc.

Nesse sentido, é extremamente importante que o/a supervisor/a de campo e acadêmica instiguem o/a aluno/a a refletir acerca das expressões da questão social que atravessam o cotidiano de usuários/as de políticas sociais, bem como auxilie no processo investigativo, no desenvolvimento crítico ao analisar a realidade social, a realidade institucional e, possa refletir acerca da mediação e intervenções imediatas, que muitas vezes são necessárias, mas também a longo e médio prazo, haja vista que o estágio deve capacitar o/a estagiário/a para uma formação profissional crítica, englobando as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.



REFERÊNCIAS:

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Edição comemorativa trilingue. ABEPSS, 2021. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Brasília, DF, maio 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, n. 8, p. 17-30, jul./dez. 2004.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **O estágio e suas implicações na formação e no exercício profissional**. VI Seminário Nacional de Capacitação das COFIs, Brasília, jul. 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Apresentacao-cofi-abepss.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Meia Formação não garante um direito**: o que você precisa saber sobre supervisão direta de estágio em serviço social. CFESS, 2010.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboços de uma interpretação histórica-metodológica. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio supervisionado em serviço social em tempos de ensino remoto emergencial: desafios para a formação acadêmico-profissional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.



10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Veras, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

ORTIZ, Fátima Grave. Formação profissional e serviço social: uma análise sobre as diretrizes curriculares, seus impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave. **Temas contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

SANTOS, Rosimeire dos; ALVES, Andreia Andrade. “Eu conseguia ligar os pontinhos”: a importância do estágio supervisionado na formação do/a assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais [...]** Vitória: ABEPSS, 2018.